

# 68

2ª edição  
revista e atualizada

ABAIXO

**a paixão de uma utopia**



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
EDITORA

Daniel Aarão Reis Filho  
Pedro de Moraes

REVOLUÇÃO





## Vladimir Palmeira

99

**1968:** Presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME)

**1998:** Economista

*Por que 1968?  
Houve condições especiais para aquele ano especial?*

**P**Eu digo que 1968 foi a última vaga da luta em defesa da legalidade de 1964. A classe média apoiou o golpe, mas desde 1965 tem suas convicções abaladas por duas coisas: primeiro, a decadência econômica, em função da crise. A classe média tem grande dificuldade, sobretudo seus setores autônomos e liberais, de enfrentar um aumento da inflação. E tem dificuldades maiores ainda em reagir. Se você vai ler as páginas dos jornais em 1964-1965 era uma liquidação só, não havia como vender os produtos, a capacidade de compra da população era muito baixa. Em segundo lugar, as eleições não eram

para valer. E a classe média tem nas eleições uma manifestação típica de seu *status*, o voto para ela é um elemento decisivo de participação, na medida em que seus interesses são jogados nas eleições. Ora, a transformação de eleições diretas em indiretas, a extinção dos partidos, a lei de inelegibilidades, indicavam um sentido, os canais se fechavam e a classe média estava descontente. Além disso, a universidade estava muito ruim: havia a questão das vagas, colocada pelos excedentes, o problema da democracia interna, as condições de trabalho e de formação profissional, tudo isto num nível muito aguçado. A deterioração do ensino era um fato, o governo dando cada vez menos verbas. Por outro lado, pela primeira vez, talvez, em função da modernização dos meios de comunicação, você tinha uma coisa nova: um movimento num estado agitava o outro. Funcionava em cadeia. A grande imprensa reproduzia em escala ampliada as ações estudantis. Então, mesmo quando criticavam, não deixavam de divulgar. O fato do cara de Sergipe ler o que estava acontecendo no Rio, ou no Acre, ou no Amazonas, ajudava o movimento a se articular. A agitação de massas em 1966 começa de fato com um ato em Minas, um desfile de calouros. A repressão, divulgada pelos jornais, estimulará passeatas de solidariedade em todo o país. Aqui mesmo, tivemos a primeira manifestação, em

grande escala, por causa disso. Finalmente, a ditadura militar dificultava qualquer iniciativa, restringiu tudo. As coisas mais inocentes chocavam-se contra proibições, às vezes excessivas, tolas até. De forma que os estudantes tinham no desenvolvimento de suas atividades constantes enfrentamentos com a repressão. Eu diria que a repressão era muito inábil. Ora, em 1968, apesar de tudo, ela tinha limites. Havia uma constituição — um pouquinho fajuta, aprovada na marra pelo Congresso — mas existia, consagrava uma ordem constitucional. Não havia, portanto, um estado de exceção no sentido tradicional, onde os governantes podem fazer as leis do jeito que bem entendem. Nestas condições a repressão era insuficientemente forte para esmagar o movimento. Provocava descontentamento, acirrava os ânimos, mas não era capaz de impedir o crescimento do movimento.

*Como você situaria as principais etapas do movimento em 1968?*

Primeiro foi a morte do Edson Luis, que desencadeia uma onda de caráter, inclusive, nacional. Depois, a manifestação do 1º de abril e a missa de sétimo dia, dia 4, na Candelária, brutalmente reprimida e que entrou para a história: milhares e milhares de pessoas não podendo entrar na Igreja, a polícia militar com seus cavalos atacando as pessoas. Depois, a mobilização por mais verbas, dentro



das universidades, percorre todo o 1º semestre. Explode aí a discussão sobre o diálogo. Um setor reacionário da Igreja tentou quebrar a UME, dividir o movimento, levar para o diálogo estudantes que não tinham representatividade, mas a iniciativa fracassou, ao menos teve a virtude de abrir toda uma discussão sobre o assunto. Em seguida, a semana "sangrenta" que levaria às grandes passeatas de fins de junho e começos de julho (100 mil, 26 de junho; 50 mil, 4 de julho). O mês de julho seria dedicado à reorganização do movimento. Aliás, a passeata dos 50 mil se realiza já em plenas férias. Haveria ainda neste mês a greve operária de Osasco. Realizamos várias ações de apoio à greve, envolvendo algumas centenas de pessoas. Ocupamos o Ministério do Trabalho, fomos à Leopoldina, ao sindicato dos metalúrgicos, à zona oeste do Rio, a Bangu, sempre apoiando a greve de Osasco. A volta às aulas, em agosto, é marcada pela visão do refluxo. O clima não é mais o mesmo, o movimento começa novamente a travar as lutas rei-

vindicatórias. Mesmo assim, o movimento estava longe de ser liquidado. Quando fui preso, no início de agosto, houve uma resposta pronta, passeatas no mesmo dia da prisão. Como era sábado, fizeram em Copacabana. Depois, marcaram uma nova manifestação, mas o Exército ocupou o centro da cidade, o que simbolizou um grau a mais na escalada da repressão. É um certo desestímulo à mobilização. Em seguida, o movimento seria marcado pelo processo de renovação das entidades representativas, eleições para o DCE da UFRJ e eleição da UME, em setembro. Então, este é um momento de reorganização. A partir daí viria a ser a preparação do Congresso da UNE, uma ampla mobilização, congressos regionais preparatórios, mas em alguns lugares, porque havia ainda reservas de energia, a mobilização atingiu novos piques: na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje UERJ, e também na PUC. Mas, no conjunto, um lento declínio. Depois da queda de Ibiúna ainda haveria uma tentativa de resistência nacional, passeatas de protesto, etc.

*Como foi sua participação nesta etapa de refluxo?*

A partir de agosto, quando fui preso, não fiz praticamente nada. Saí em setembro da cadeia, mas passei a maior parte do tempo escondido. Daí fui para Ibiúna onde fui preso de novo. Mas sei que, no final, há uma fase de ações de propaganda, comi-

cios-relâmpago, até mesmo no subúrbio. É preciso ressaltar, porém, apesar da prisão de Ibiúna, que o congresso da UNE que ali se reunia tinha uma alta representatividade, gente de todos os estados, traduziu assim um grande avanço do movimento estudantil. Mas o movimento de massas estava em pleno refluxo.

*No processo de rearticulação do movimento estudantil desde 1964, como é que você avalia o ano de 1968?*

Acho que 1968 representa uma inflexão em si mesmo. Do ponto de vista prático, representou um amadurecimento do movimento, tem uma marca nítida. E isto começa a se verificar desde janeiro, quando há um conselho da UNE, e duas tendências se enfrentam. Uma, queria centrar a luta diretamente contra a ditadura militar, a outra, à qual eu pertencia, queria que a luta fosse contra a política educacional do governo. A divergência exprimia duas concepções do movimento estudantil que vinham evoluindo desde 1966. O segundo marco foi a realização do conselho regional da UME, aqui no Rio. Nós já tínhamos sido vitoriosos no conselho da UNE. Tratava-se agora de formular a aplicação da linha vitoriosa nas condições do Rio. Nós defenderemos então uma mudança completa no centro de mobilização que até então era a luta contra o pagamento das anuidades.

*Era a luta central dos anos anteriores...*

Exatamente. Em 1966 e também um pouco em 1967. Propusemos um novo centro — a luta por mais verbas. Foi uma grande e áspera batalha.

*Por que vocês definiram este novo eixo de lutas?*

A luta pelas anuidades tinha sempre levado a gente à derrota. Era uma luta de caráter político mais imediato, aparentemente mais radical, o enfrentamento a uma determinação administrativa — você não pagava. Entretanto, era uma luta muito complicada. Em primeiro lugar, porque o primeiro pagamento era mais simbólico, para legitimar um plano a longo prazo, de privatização das universidades. As autoridades queriam fazer daquele pagamento um ato de legitimação de uma política. Mas a imensa maioria dos estudantes, exatamente porque o preço era simbólico, podia pagar. E quando chegava o momento decisivo, frente às ameaças da reitoria e das direções das escolas, a grande massa ia lá e pagava. Isso não significava um descompromisso com as reivindicações do movimento. O problema é que a taxa era muito pequena. Havia uma desproporção muito grande entre a mobilização, o tamanho da ameaça e o nível de pagamento. Isto ia minando a luta contra as anuidades. Além disso, nós não escolhíamos o momento da luta, o dia do grande enfrentamento estava anteci-

“Olha bem esse sujeito, meu filho. É por causa dele que teu pai fica sempre de prontidão e não pode passar mais tempo contigo. Minha vontade é dar um tiro nele, mas o coronel proibiu. Olha bem pra ele, meu filho. Ele é teu inimigo e do teu pai.”

*Tenente falando para seu filho de cinco anos, mostrando Vladimir Palmeira, preso em Vila Militar*

padamente dado, perdíamos com isso a flexibilidade, trabalhávamos com prazos fixos.

*A luta por mais verbas rompia com este esquema rígido?*

Claro. Além disso, a luta por verbas era a outra face da luta pelo não pagamento das anuidades.

*Por quê?*

Porque o governo deixava de dar verba para a universidade pública e assim a obrigava a procurar os próprios recursos. As direções das universidades e faculdades viviam clamando: precisamos encontrar fontes de renda! E iam obtê-las ligando-se à grande indústria, transformando-se em fundações nacionais, buscando auxílio no estrangeiro, e iniciando o processo do pagamento das anuidades. A universidade carente, sem verbas, exprimia uma necessidade que eles consideravam "objetiva". O pagamento de anuidades surgia assim, junto a outras fórmulas, como *natural*. Ora, a luta por mais verbas nos permitiu ampla discussão sobre a situação do ensino na universidade. Na verdade, ao dizer: não pagaremos! caíamos numa recusa passiva. A luta por mais verbas nos levou às salas de aula, a discutir turma por turma. E também nos permitia formular as seguintes perguntas: a gente quer verba para quê? Que universidade a gente quer? Isto nos permitia questionar a forma com que estavam sendo preparados tecnicamente os estudantes, questionar os currículos,

os professores, enfim, a própria estrutura da universidade. Todas estas discussões facilitavam enormemente a mobilização e a própria caracterização da ditadura militar.

*A UME cresceu com esta política?*

Em 1968 ampliamos estupidamente o raio de ação da UME. Esta orientação permitiu que tivéssemos mais ou menos uns 2 mil estudantes organizados, em grupos de cinco, ou então por sala de aula. Este pessoal ia a todas as manifestações, conseguia incorporar a dinâmica da luta dentro da universidade.

Então, 1968 é o ano de aplicação de uma nova política sindical. A partir de 1968 a UME se transforma numa entidade de massa. Até mesmo a direita participava de nossos conselhos, o que não era comum naquele tempo, salvo no Rio Grande do Sul, onde dominava a entidade estadual. Conseguimos trazer, por exemplo, o DCE da PUC, presidido por um cara de direita, liberal. Foi um episódio que se tornou conhecido. Ele começou querendo quebrar a UME, pensava em aderir à entidade oficial, o DEE, que nem existia aqui no Rio. Fomos lá conversar e tivemos uma ampla discussão com esses setores. Nós dizíamos que nos interessava a participação deles, mas eles nos acusavam de fazer reuniões clandestinas. E nós respondíamos: mas não temos jeito, senão a polícia vai lá e acaba com a gente. Daí eles nos pediram uma prova de boa vontade e nos

desafiaram a fazer um Conselho da UME aberto. Nós topamos. Em troca, exigimos que, caso o Conselho fosse perseguido ou fechado, aí eles viriam participar conosco nas reuniões clandestinas. Fizemos então um conselho da UME na Faculdade de Engenharia da PUC, era o antro do fascismo naquela universidade. Ora, a reunião foi dissolvida a bomba pelos próprios fascistas, alguns ligados à polícia. Então o pessoal da PUC se integrou de vez à UME, inclusive aos congressos clandestinos.

*Com a definição desta nova orientação, você acreditava, desde o início, que 1968 seria um ano muito especial?*

Acreditávamos que havia condições de ter um movimento forte. Mas não sabíamos o nível que atingiria. Nem passava pela nossa cabeça juntar 100 mil pessoas na rua, num dia só. Queríamos integrar a ampla massa universitária na UME, ainda fora dela. Até então a UME abarcava apenas a Universidade Federal, a então UEG e algumas escolas da PUC. Confiávamos que a nossa orientação iria trazer setores que não estavam nem preocupados com o movimento estudantil. De forma que a linha de resistência da gente ia ser muito maior. Começaríamos a criticar a universidade por aspectos ainda não criticados, podíamos obter conquistas significativas, enfim, confiávamos no nosso crescimento. Do ponto de vista político, na época, havia

muita gente dizendo que o movimento de massas era impossível, que só um foco guerrilheiro traria o movimento de massas. Nós, não. Tínhamos a firme convicção de que era possível fazer o movimento, independentemente do foco guerrilheiro. Agora, não tínhamos a noção de que ia ser tão rígido. Quando, uma semana antes da morte do Edson Luis, passou um dirigente da UNE por aqui, e falou que tinha participado de uma manifestação de 10 mil pessoas na Bahia, nunca me esqueço um companheiro nosso, da UME, exclamando: já imaginou, falar para 10 mil pessoas?

*Do ponto de vista da relação com outros setores sociais, especialmente da classe média, o movimento do Rio apresenta experiências interessantes?*

Num breve momento, sim. Por ocasião da morte de Edson Luis, formamos uma comissão popular, com a participação inclusive de lideranças sindicais operárias. Estavam lá, pelos professores, o José Américo, a Irene Papi, pelas mães, o Marcello Alencar pela classe política, como ele gosta de dizer, tinha o Jamil Haddad e uma trinca de deputados estaduais progressistas, que sempre apoiavam a gente: o Rajão, o Vilanova e o Ciro Kurtz. Participaram igualmente o Hélio Pellegrino e representantes dos padres. Depois, entraram os artistas. Os estudantes, porém, eram os únicos a ter peso de massa e eram bem mais radicais. Então, houve alguns

conflitos. Por exemplo, não queriam que fizéssemos passeata em 1º de abril, mas nós fizemos. Evidentemente, conservávamos nossa autonomia. Com o tempo, a comissão foi desativada, inclusive porque ficou de preparar a manifestação do 1º de maio e foi um desastre. Havia duas mil e duzentas pessoas: dois mil estudantes e 200 operários, em geral aposentados. Isso aí, aliás, foi uma briga da gente. Aqui no Rio fui chamado diversas vezes para assembléias sindicais operárias, mas sempre me recusei a falar, nós respeitávamos absolutamente a autonomia do movimento, ao contrário do que ocorria em São Paulo onde me parece que as

pessoas se engalinhavam para falar para os operários. Quando nos chamaram para o 1º de maio, dissemos: não queremos. E os caras: como? vocês recusam-se a engrossar as forças populares? A gente dizia: rapaz, só vai ter estudante nesta manifestação, vai ser um fiasco. E os caras disseram: vamos botar 50 mil operários. Respondemos: olha, se vocês botarem 5 mil, é um triunfo. E de fato havia apenas 200 operários, aposentados, e cerca de 2 mil estudantes.

*A passeata dos 100 mil recriaria a Comissão Popular?*

Exato, ressuscitaram a “Comissão dos Cem Mil”, para tratar de encaminhar o diálogo com o Costa e Silva. Foi uma experiência interessante, do ponto de vista político. Aí a relação foi mais descrepida, uma relação boa, tranqüila, mas nunca participei dessa comissão...

*Esta não participação de sua parte não simboliza uma certa subestimação em relação a este tipo de articulação?*

Em absoluto. Num primeiro momento, eu estava concentrado no movimento das universidades, havia uma distribuição de tarefas dentro da UME. Além disso, fazíamos questão de que participassem da articulação elementos da oposição, no sentido de conferir maior representatividade à delegação estudantil. Quando da “Comissão dos Cem Mil”, não participei porque, praticamente, nem podia mais andar direito, a polícia





andava atrás de mim, havia um mandado de prisão contra mim e o pessoal queria me poupar. Eu reclamava. Acho que exageraram um pouco nesta história de me guardar, mas tive de me submeter à dinâmica da entidade.

*Na época dos enfrentamentos nas ruas, surgiu um ator inesperado: o chamado povo das cidades, que bancava as batalhas de ruas mais até do que os próprios estudantes. Foi possível articular alguma coisa com estes setores?*

Nunca. Na verdade, a simpatia pelo movimento dos estudantes sempre foi extremamente difusa. Este ator de que você fala entrou em ação na 4ª feira, 19 de junho, moderadamente, mas sobretudo na 6ª feira sangrenta, dia 21. Depois perdeu vida própria, porque ele só se manifestou de uma forma mais concreta, nos enfrentamentos. A 6ª feira sangrenta foi conduzida inteiramente pelos populares. Lembro-me muito bem do papel dos *boys*, foram figuras notáveis no enfrentamento com a polícia. Mas acabou aí. Este é um setor que entra na briga, no confronto, mas não tem nenhum tipo de organização, daí ficava extremamente difícil você ter um contato.

*Qual é avaliação que você faz do movimento do Calabouço?*

Ah, foi um movimento fundamental, decisivo mesmo. Tinha uma dinâmica à parte, não era secundarista nem universitário...

*Há uma crítica de que teriam sido instrumentalizados pelo movimento universitário. Você concorda?*

Não, em absoluto. Acho até que eles tinham uma boca bem grande para tentar engolir o movimento universitário. Tanto que a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), num certo momento, participava da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) e também da UME, que reunia os estudantes universitários. A rigor, a FUEC devia assistir às reuniões das entidades, mas não participar como um diretório ou uma escola, porque ela era um organismo autônomo, à parte. Mas eles queriam conquistar o controle da AMES, o que, a meu ver, foi um erro. Mas foi um movimento decisivo, e teve grandes momentos, a partir de 1966, quando a UME começou a dar força a este movimento, trazê-lo para junto do movimento universitário, ajudar no estabelecimento de contactos com a imprensa. O movimento do Calabouço começou porque destruíram o restaurante, que funcionava ali perto do aeroporto Santos Dumont. O lugar, hoje, por ironia cruel, chama-se Trevo dos Estudantes. A luta deles era por uma questão de sobrevivência. O pessoal lutou para manter o restaurante, e perdeu. A segunda luta foi para construir outro e, depois de construído, para melhorar as instalações, porque o governador Negrão de Lima entregou

um restaurante em que você comia poeira, uma sujeira danada. Caiu muito o restaurante, em relação ao que era, em 1966. Então, eles continuaram a fazer a luta, até que foi fechado em 1968. Mesmo assim, permaneceram lutando no correr de 1968, e sua participação sempre foi importante, sobretudo na rua. Eram considerados um setor radical do movimento estudantil do Rio, às vezes era preciso controlar, queriam jogar pedra em cada Volkswagen que encontravam pela rua. Em 1967, foi o Calabouço — e também a Rural — que seguraram o movimento estudantil no Rio. O ano de 1968 também começou com a participação do Calabouço. Então é preciso fazer justiça a este papel de destaque, o que também é extensivo aos secundaristas que, de forma geral, tiveram uma participação muito acima do que suas entidades permitiam. Os secundaristas sempre foram um destacamento avançado nos enfrentamentos, para a luta, para a briga. Tinham uma dedicação enorme em qualquer tarefa de organização, estavam lá em todas as manifestações de rua, prontos para o que desse e viesse.

*O movimento estudantil teve toda uma relação com a música. 1968 também foi um ano de festivais, com enorme impacto na juventude. Vocês estabeleceram relações com os músicos, cantores, compositores?*

Havia uma boa relação. Todos estiveram presentes na passeata dos

100 mil, os mais expressivos nomes da música popular. Mesmo antes disso o próprio Tom Jobim e outros fizeram um show para nós, da UME. Não era uma relação politicamente estreita, mas havia simpatia, e os artistas sempre deram apoio e cobertura ao movimento estudantil. O Rio de Janeiro era uma cidade mais aberta do ponto de vista cultural. Havia entre os estudantes uma simpatia enorme pelo Tropicalismo, pelo Gil, pelo Caetano, enfim, havia esta onda jovem no Rio, como cidade, como comportamento, como se dizia na época, uma vida *pra frentex*. Tínhamos inclusive uma imprensa à parte, só para os jovens, como o Sol, lançado em 1967. Os outros jornais davam ampla cobertura, organizando páginas especiais, cadernos. Falava-se no “poder jovem” e a juventude tinha, de fato, um comportamento próprio, e era uma juventude extremamente musical. De forma que o pessoal aqui tinha uma filosofia de bem viver e daí vinha toda uma abertura às manifestações culturais.

*Você tem falado no significado da nova orientação da UME, do que ela representou como ruptura no sentido de um movimento mais amplo, mais aberto. Eu queria que você se detivesse agora na análise da resistência que esta nova orientação encontrou, das contradições que ela teve de enfrentar.*

Houve toda uma proposta de renovação política, tanto no que se re-

108 fere ao programa de lutas (mais verbas), quanto em relação à concepção da entidade de massas. Ai tivemos de travar o enfrentamento principal que inclusive permeará as discussões no decorrer de 1968. Até 1966, predominava a tese, entre as lideranças estudantis, de que a classe média era um negócio para ser usado, um terreno para você formar quadros como os obreiristas gostavam de dizer. Diziam: se a classe média se lascou, azar o dela. Nós começamos a recuperar o seguinte: o movimento estudantil tem um papel progressista na sociedade brasileira, que vem da própria dinâmica do movimento de massas. Não se trata de usar este setor para a linha do proletariado, mas de trabalhar as convergências que existem entre os seus interesses e os interesses do proletariado. Esta concepção sobre o papel da classe média e do movimento estudantil vai-se traduzir e se materializar na concepção nova de entidade estudantil. Se só estivéssemos interessados no enfrentamento, nossa entidade seria apenas de esquerda, como chegou a ser em alguns lugares.

*Howe muita resistência para afirmar estas novas concepções?*

Evidentemente, todo o trânsito se faz por resistência. Mesmo entre nós. Mudar não é fácil. Ainda hoje se pode comprovar isto. Agora, o movimento é de mudança real. O fato de um movimento de mudanças enfrentar resistência não quer dizer que seja



menos real e concreto. Por outro lado, a maturidade do movimento não quer dizer que você acabe com qualquer esquerdismo, com qualquer ato impensado, ou que você se prive de erros. A polêmica em torno do diálogo com as autoridades é exemplar, a meu ver. Havia 3 linhas aqui no Rio: a primeira, extremamente minoritária, queria o diálogo de qualquer jeito, entraram a reboque de uma iniciativa da Igreja, liderada pelo Castro Pinto e pelo padre Vicente Adamo, e queriam inclusive passar por cima da UME. Em segundo lugar, existia uma ala radical que não queria saber de diálogo, não dialogava de jeito nenhum. Nossa posição era a favor do diálogo, sem nenhuma ilusão de que a ditadura iria resolver os problemas de base da universidade, mas argumentávamos que era preciso demonstrá-los praticamente. Você tem que ir lá e conversar. Em

Os estudantes não estavam ligados a caráter, mas eram pessoas de caráter."

Pellegrino, na passeata dos 50 mil, no encontro com o Presidente Costa

qualquer movimento você tem que conversar. Lembro-me fartamente dessa discussão, porque havia mesmo companheiros nossos que tinham dúvidas a respeito.

Mas era preciso dialogar, mesmo com o inimigo, em certas circunstâncias. Na época, até mesmo os caras do Vietnã tinham aberto o diálogo com os Estados Unidos, isto marcou muito e mostrou para a gente que era preciso mesmo conversar. Você tem que conversar com o reitor, com os diretores das faculdades, e com o próprio Costa e Silva como foi o caso da "Comissão dos Cem Mil"...

*Há uma versão de que no diálogo com o Costa e Silva teria havido intransigência da parte dos líderes estudantis?*

Na questão de fundo, o Costa e Silva não quis ceder, atender à nossa reivindicação de soltar os estudantes presos, esta era uma reivindicação preliminar ao desdobramento do diálogo. Agora, desconheço os detalhes da conversa, é possível que não tenha havido a habilidade necessária, mas isto não deslustra a validade da orientação que tínhamos. A nova linha, também no que se refere ao diálogo, estava consagrada.

*A prática do diálogo com as autoridades intermediárias já tinha se estabelecido?*

Já, mas com dificuldades. Porque estas autoridades, normalmente, não queriam saber da gente. Por exemplo, em abril, fui à Secretaria de Se-

gurança pedir autorização para uma manifestação. Foi um negócio inédito. Nós pedimos, todos os diretórios acadêmicos pediram reuniões com os diretores, com os respectivos conselhos departamentais. Cansamos de pedir audiências ao Conselho Universitário da Universidade Federal. Só conseguimos conversar quando apelamos para uma forma mais dura. Na 5ª feira, 20 de junho, forçamos, pela primeira vez, os professores a discutirem com a gente as questões da universidade. A estrutura universitária naquela época era muito rígida, você tinha que abrir as portas com o movimento de massas. A ocupação da reitoria para forçar o diálogo não foi um movimento tirado na hora, estava programado pela UME com quase dois meses de antecedência, e fazia parte de todo um processo iniciado em cada sala de aula, em cada faculdade. Então você observa — no auge da porrada com a polícia, tínhamos uma manifestação para tratar de nossas reivindicações, e a ocupação da reitoria foi realizada para discutir as reivindicações do dia-a-dia dos estudantes. Por outro lado, a própria quarta-feira sangrenta, dia 19 de junho, aconteceu porque desejávamos levar nossas pautas de reivindicações ao Ministério da Educação, que não aceitava debater com a gente. Nós fizemos duas ou três manifestações no MEC, mas sempre encontrávamos o pátio ocupado pela polícia. Daí decidimos mostrar a



nossa disposição de dialogar e decidimos ocupar o MEC, e aí quebrou o pau. Não tínhamos alternativa. Porque junho já era o mês das provas. Ou fazíamos aquilo ou teríamos de esperar agosto. Fomos e fizemos e aí precipitou o enfrentamento que veio a dar na manifestação dos Cem Mil. De forma que a grande passeata dos Cem Mil tem, na sua origem, a luta pelas reivindicações imediatas dos estudantes e a luta para entregar estas reivindicações ao Ministério da Educação e Cultura.

A evolução da nossa posição, portanto, não pôde se fazer sem trauma, de uma forma perfeita.

*É difícil dialogar com uma autoridade que se recusa a isto...*

Não é como hoje, um líder sindical vai e fala com o patrão, ou, então, é recebido por uma autoridade. Nós pedíamos audiência e o cara mandava repressão em cima. Posso imaginar que, num clima destes, um ou outro diálogo possa ter sido mal encaminhado. Agora, a orientação geral era favorável ao diálogo. Já tínhamos inclusive, no começo de 1968, encontrado o Andreazza, em seu próprio apartamento. O filho dele era universitário na época, se não me engano. Fomos lá discutir com ele, levar a pauta de reivindicações para que ele encaminhasse ao governo. Quer dizer, na medida do possível, executamos essa política.

*Mas não continuava uma retórica de enfrentamento?*

o movimento estudantil a  
violência é defensiva e só  
é defensiva quando os  
trabalhadores estiverem na  
frente da luta.”

Vinícius Palmeira

Continuava, muitas vezes, uma retórica esquerdista. É um elemento permanente na esquerda brasileira, até hoje: a verborragia. Quando você consulta os jornais da época não há vestígio do trabalho de base que a gente fazia, isso nunca foi notícia. O observador que vai estudar o movimento pelos jornais pode ter uma visão deformada, se não conversa com as lideranças, ou mesmo com os professores, ou com outros participantes. Porque o trabalho de base não aparece em canto nenhum, mas sem ele as passeatas seriam impensáveis. Apesar desta política de base, apoiada nas reivindicações imediatas dos estudantes, tínhamos ainda uma retórica radical. No fundo, ainda se considerava que o movimento estudantil podia ser vanguarda, ainda que transitória, do movimento social. Eu já nem falo dos que entendiam necessário centrar a luta nas manifestações de rua e na luta contra a ditadura militar. Mesmo nós, com toda a orientação a respeito da luta sindical, fazíamos discurso todo o dia pela luta armada. A toda hora repetíamos que queríamos o governo dos trabalhadores. Boa parte dos discursos não exprimia o que pensava a massa estudantil. Claro, os discursos sempre encontravam ressonância numa parte da massa, mas não traduziam exatamente a consciência da massa, que é o papel da entidade representativa. Eram discursos propagandistas. Eu digo sempre que o pro-

pagandismo, numa fase de grande ascenso, e se você tem uma condução sindical acertada, ele não atrapalha. Agora, o propagandismo no descenso é cruel. Porque você realmente chega ao isolamento total. Porque se trata de um discurso que não mobiliza, principalmente a massa estudantil.

*Você falou no propagandismo. Na época não faltavam discursos sobre a luta armada. Como é que você avalia o emprego da violência na época?*

Nós tínhamos uma posição pela violência. E colocávamos isto nos discursos, defendíamos a luta armada na cidade e no campo e a formação de um exército popular. Defendíamos igualmente um governo dos trabalhadores ou um governo popular. Nunca me esqueço desta nuance porque quando falava governo dos trabalhadores, um setor me aplaudia, e quando dizia governo popular, outros é que batiam palmas. Pra mim, tanto fazia, porque os dois termos se referiam a um governo que representaria os operários, os camponeses, os assalariados, os parceiros, os estudantes, as donas de casa, etc. Me lembro que no comício dos Cem Mil, uma vez eu falei em governo popular, e um diretor da UME me puxou a perna e murmurou: dos trabalhadores, Vladimir, dos trabalhadores! Mas, voltando à violência, insistíamos que os trabalhadores é que iam puxar este movimento. Nós éramos apenas uma força de apoio.



Agora, mesmo entre as forças que apoiavam a nossa orientação, havia gente que pensava que não era necessário esperar a massa trabalhadora.

*Você defendia o emprego da violência por parte dos estudantes, nas manifestações?*

Em 1968 considero que exercemos a violência no movimento estudantil, pelo menos aqui no Rio, com extrema correção. Desde 1964, vínhamos fugindo do pau. A polícia invadia faculdades, jogava bomba, e nós nunca enfrentávamos. Em 1966, fomos muitas vezes espancados, mas inadvertidamente, porque não gostávamos de apanhar. Inventamos a tática de dispersar, antes de apanhar, e reconcentrar em outro ponto. Vi-

nha a polícia e nós nos dispersávamos, antes de apanhar, ou apanhando muito pouco, só nas bordas da passeata. A proposta era de fustigar politicamente, nada de violência. As vezes tinha aquele negócio de queimar os carros oficiais. Mas nenhum enfrentamento. Ora, a partir de 1968 fomos para o enfrentamento, mas com correção, tivemos de ir para mostrar que queríamos dialogar. Estávamos amplamente cobertos na nossa violência pela necessidade de mostrar que queríamos dialogar. Então, escolhemos o momento de usar a violência. Numa hora correta, capaz de ampliar, com base num movimento de massas concreto, com base reivindicatória, com a

presença e a simpatia da população. A sexta-feira *sangrenta* é um exemplo disso. Não se tratou de uma insurreição, longe disso, mas um enfrentamento urbano. A população do Rio enfrentou a polícia. E isso foi uma coisa correta. Agora, a nossa retórica pela luta armada eu acho hoje, não achava na época, era perfeitamente dispensável. Havia um setor que gostava de levar retrato do Guevara para as manifestações. Nós da UME nunca chegamos a este ponto. Tampouco estimulávamos as palavras de ordem sobre o Vietnã. Você não ganhava nada nem ninguém fazendo aquilo. E levava a sectarismos e a divisões do movimento, dispensáveis. Por exemplo, na passeata dos

50 mil havia um setor que gritava — povo organizado derruba a ditadura. E um outro dizia: povo armado derruba ditadura. E a massa, na sua sabedoria, começou a gritar: povo armado e organizado derruba a ditadura.

*Você não acha que esta pregação da luta armada, própria das organizações de vanguarda, entrava em contradição com a perspectiva que vocês defendiam para o movimento estudantil?*

Acho que sim. Mas veja bem: quem estava no movimento estudantil tinha uma referência social, capaz de corrigir os defeitos de percepção da realidade. Agora, quem estava atuando em outros setores, clandestinamente, não tinha nenhuma referência. Nós aqui no Rio não chegamos a fazer nenhuma análise brilhante de conjuntura — éramos tão incapazes quanto o pessoal que acabou fazendo a luta armada. Mas aprendíamos com o movimento, com enfrentamentos concretos no movimento de massas, onde você precisa dialogar com amplos setores da população.

*O isolamento social levava muita gente a ficar em propostas muito genéricas...*

É isso mesmo. O pessoal da esquerda, em geral, só tinha responsabilidades estruturais. Quem não está no movimento social, apenas atuando num partido político; tem responsabilidades estruturais. A prá-

da Imprensa





tica dele não chega a ser questionada. A não ser muito fluidamente, do ponto de vista orgânico. Mas as organizações cresciam naquele clima, havia muita rebeldia, muita gente querendo entrar nas organizações. Então, aparentemente, toda a política das organizações era um sucesso. No nosso caso, pagávamos os erros com derrotas imediatas, porque estávamos acompanhando um movimento social de grandes dimensões. E isso nos permitiu, do ponto de vista da orientação setorial, chegar a uma linha mais adequada. Em nosso campo de atuação, tínhamos um enfrentamento bem delimitado, entre dois atores e um público que você tem que ganhar. Evidentemente é uma luta muito mais simples do que a luta revolucionária. Tomar o poder é uma coisa, fazer lutas parciais é outra. Então, tivemos um grande avanço na orientação sindical, mas isto não foi suficiente para quebrar carências que eram de ordem muito mais geral. Do jeito que éramos absorvidos pelas exigências do movimento estudantil, não tínhamos sequer condição de pensar mais globalmente a realidade nacional. A não ser pelos estereótipos. Agora, imagine o pessoal que militava na clandestinidade, sem laços com o movimento social concreto. Porque os demais movimentos sociais estavam paralisados. Em 1968 por exemplo houve duas greves e foi um delírio. Isoladas, as pessoas podiam mais facil-

mente seguir uma velha linha de pensamento, e começar a preparar um plano de luta armada, um plano revolucionário, um plano de qualquer coisa, era tudo mesmo uma abstração. O AI-5 vai dar uma grande força nisto. Porque ficou impossível fazer movimento de massa. Veja bem. Não é trabalho de massa. Um certo trabalho de massa sempre era possível. Em qualquer circunstância você pode fazer, mas o movimento social tornou-se impossível.

*É assim que você interpreta então o magnetismo das organizações que faziam ações armadas?*

Exato. Você tinha toda uma fração altamente politizada, participando de enfrentamentos. De repente, não há mais possibilidades de luta institucional e, ao mesmo tempo, você tem um chamamento para a ação, e a realização de ações vitoriosas, porque a polícia levou algum tempo para se adequar e poder começar a golpear estas organizações. Mas nesta altura centenas de estudantes já haviam ingressado nos quadros das ações armadas.

*Você faria alguma comparação entre o movimento no Brasil e a revolução estudantil que abalou o mundo? Alguma relação, por exemplo, com o Maio francês?*

O nosso movimento foi muito mais sindical. O Maio francês tem outro nível. Ali há uma crítica de toda a sociedade. Começou com a crítica direta ao autoritarismo, colo-

dantes e não só os setores mais avançados. Você tem que traduzir as expectativas, os anseios do conjunto da massa estudantil. Terceiro, é necessário encontrar, em cada momento, a articulação entre a luta sindical e a luta política, evitando a partidarização do movimento. Por exemplo, em nosso propagandismo, tendíamos a passar coisas que refletiam nossas concepções partidárias e não as que exprimiam o movimento. Isto é desrespeitar a autonomia, a representatividade das entidades. Recentemente, no Brasil, houve um congresso estudantil que discutia se devia se pronunciar a favor do PMDB ou do PT. Um absurdo. Depois decidiram não escolher nenhum dos dois, mas tiraram uma resolução contra votar no PDS. Outro absurdo. Não é assim que uma entidade de massas faz política. Neste sentido tivemos uma outra atitude, tomada pela FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro): chamou os candidatos para saber o posicionamento deles em relação às reivindicações dos bairros. Mas não deliberou nada a respeito de apoio a este ou aquele. Já vi alguns murais estudantis em faculdades onde se fala de tudo, da Babilônia a Israel, da luta de classes à guerra atômica, mas nenhuma palavra sobre as reivindicações estudantis. O estudante tem uma luta que termina sendo política, de qualquer jeito, mas não se trata de impor a linha de ne-

nhuma organização, de nenhum grupo ou partido político. Também em 1968 aprendemos a recuar, a ver que o enfrentamento tem sua hora, e que você pode perfeitamente usar a violência, mas que a violência não é um exercício demonstrativo, pode ser usada de acordo com exigências bem determinadas de cada conjuntura. São referências de 1968 e pode ser que valha a pena meditar sobre elas.

Manchete

